

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Civilização e violência: Norbert Elias e a construção da teoria dos processos civilizadores para explicação da vida civilizada.

Carolina Batista de Souza

**ARTIGO APRESENTADO PARA O 38 ENCONTRO
ANUAL DA ANPOCS.**

NÚMERO: 0859-1

AREA: SPG22 Teoria social no limite. Novas frentes/fronteiras na teoria social contemporânea

RESUMO

Este trabalho analisa o problema da violência na teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias. Particularmente, busca-se demonstrar como a construção da noção de “processos descivilizadores” tenta lidar com as críticas recebidas pela sociologia figuracional e, ao mesmo tempo, explicar as condições que tornaram possíveis a emergência do Holocausto durante a II Guerra Mundial na Alemanha nazista. Assim: “como a violência extrema pode irromper no mundo civilizado?” se constitui como pergunta inquietante para o trabalho tardio de Norbert Elias e também a questão norteadora da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: civilização; processos descivilizadores; Holocausto

ABSTRACT

This study is about the problem of violence on Norbert Elias' civilizing process theory. It focuses on understanding how figurational sociology attempt to deal with criticisms through the concept of 'decivilizing processes'. At the same time, it is demonstrated how this attempt develops a sociological explanation of the conditions leading into the emergence of Holocaust during Nazi Germany. In this way, it is discussed the consistency of Eliasian attempt to answering the question on the irruption of violence in the middle of the civilized world, its criticisms and its impacts on contemporary figurational sociology design.

KEY-WORDS: civilization, decivilizing processes, Holocaust

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o problema dos processos descivilizadores na obra de Norbert Elias. Uma vez que o projeto eliasiano de construção de uma teoria sociológica, a Sociologia Figuracional, é conhecido principalmente por sua teoria do processo civilizador, a noção de ‘processos descivilizadores’ ocupa nele um lugar marginal e ambíguo. Não é possível

afirmar que essa marginalidade e ambiguidade sejam devidas exclusivamente ao pouco conhecimento da obra de Elias, especialmente sua obra tardia, e do desenvolvimento da sociologia figuracional levado a cabo pelos seus seguidores (aqui penso exclusivamente nos seus “três filhos intelectuais”: Eric Dunning, Stephen Mennell e Cas Wouters). De fato, a ideia de “processo descivilizadores” possui um lugar problemático na própria organização da teoria do processo civilizador e, ainda que venhamos a concordar que Elias constrói sua sociologia histórica a partir da lógica de processos civilizadores (no plural) e descivilizadores, é preciso se reconhecer que sua problematização e centralidade aparecem numa fase mais tardia da obra do autor.

Situar o conceito de processo descivilizadores no seio da sociologia figuracional demanda uma releitura da própria teoria do processo civilizador. Muitas vezes a sociologia eliasiana foi lida como uma afirmação da ideologia ocidental e da conseqüente crença numa história que emerge da barbárie e caminha para uma forma mais racional de organização social. Nesse caminho, as mudanças no umbral de vergonha e embaraço identificados pelo autor no seu estudo sobre a sociedade de corte seriam sinais daquela evolução ocidental. Assim como boa parte do pensamento moderno, a sociologia eliasiana foi chamada a se explicar diante da barbárie vivida durante o século XX.

Em seu “Modernidade e Holocausto”, Bauman apresenta a incapacidade do pensamento sociológico em lidar com o Holocausto e, especificamente, uma acusação da insustentabilidade da posição de Elias que, representando toda crença “ingênua” na sociedade moderna, “faz da história recente [...] aquela que elimina a violência da vida diária” (Bauman, 1998, p. 31). Ainda, para este autor, a visão de Elias representaria o “último surto de eminência e fama súbita” (idem) do mito da civilização. O questionamento de Zygmunt Bauman é claro e muitas vezes foi direcionado ao pensamento de Elias: como falar de um processo civilizador em meio a tantos exemplos de violência? Trazendo uma visão adorniana para criticar Norbert Elias, Bauman coloca em questão a possibilidade de se continuar usando o termo civilização após Auschwitz.

Autores como Dunning e Mennell argumentam que “um Elias mal compreendido é central para o argumento de Bauman” (Elias, 1997, p. 13). Como parte de sua defesa, os seguidores da sociologia eliasiana argumentam que críticos como Bauman não compreenderam razoavelmente a teoria do processo civilizador, especialmente, a sua crítica ao tom celebratório do discurso civilizacional e a sua tentativa de lidar com a permanência e irrupção de violência através da simultaneidade de processo civilizadores e descivilizadores.

Numa tentativa de sintetizar as principais críticas ao trabalho de Norbert Elias, Stephen Mennell (1989, p. 228) identifica quatro ideias ou argumentos fundamentais que buscam revelar os problemas da teoria do processo civilizador: (a) o *argumento relativista* (que considera etnocêntrico o uso do termo ‘civilizado’); (b) o *argumento das sociedades sem estado* (como uma versão da crítica anterior, demonstra a incapacidade da teoria eliasiana de entender sociedades onde a violência não é monopolizada pelo estado); (c) o *argumento da sociedade permissiva* (as mudanças recentes de comportamento na sociedade europeia invalidariam os argumentos de Elias sobre o controle das emoções) e (d) o *argumento da barbárie ou dos campos de concentração* (afirma que Hitler refutou todos os argumentos de Elias) (idem, 228). Uma vez que esses quatro argumentos sintetizam o teor das críticas recebidas por Elias é interessante perceber que podemos apontar dois elementos teóricos centrais que os organizam. Primeiro, estamos diante de uma crítica à visão histórica de Elias (argumentos “a”, “b” e “d”) onde entende-se que a centralidade do caso europeu para compreensão do processo civilizador traria problemas à universalidade e posicionamento político da perspectiva eliasiana. Segundo, e como uma perspectiva particular de entender o problema histórico, argumenta-se que estaríamos diante de mais exemplos de barbárie do que propriamente de civilização. No entanto, essas duas linhas de argumento não são mutuamente excludentes, mas desenvolvem um tema central que é a relação entre violência e história. A continuidade da prática da sociologia figuracional demanda uma discussão profunda de cada uma dessas críticas e ainda uma discussão de seus impactos na pesquisa dos eliasianos. Contudo, neste trabalho será discutido apenas o problema do argumento da barbárie. Essa escolha se deu pelo fato de acreditarmos que a partir dessa problematização específica é possível compreender de maneira mais adequada a sociologia figuracional e sua perspectiva histórica. Assim, na tentativa de entender como a teoria do processo civilizador de Norbert Elias responde ao problema da manutenção da violência e dos casos históricos de irrupção da barbárie, partimos de uma hipótese de que a teoria dos processos descivilizadores é o construto teórico elaborado tardiamente para resolver tal problema.

O PROCESSO CIVILIZADOR COMO CONTROLE DA VIOLÊNCIA

De acordo com Elias, nada pode parecer menos “incidental” ou considerado como “meramente histórico”¹ na vida social do que a trajetória traçada pelos indivíduos ao longo do tempo. Na verdade todo esforço de nosso autor em formular uma teoria dos processos sociais visa exatamente examinar essa trajetória. De fato, esta problematização e sua compreensão é o fundamento de toda a sociologia figuracional e foi desenvolvida, por exemplo, de forma mais clara na sua obra “A sociedade dos indivíduos”. As composições formadas pelas cadeias de acontecimentos, ao invés de conformarem amontoados históricos, que vão unicamente se sucedendo uns aos outros, dão início a processos sociais capazes de estabelecer figurações entre os indivíduos: *“isso porque as estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel”* (Elias, 1994, p.221).

A dinâmica da mudança é variada, muitos dos resultados dessas figurações podem demorar um longo período para se estabelecerem, outros, no entanto, podem ainda regredir num curto ou longo período. Grande parte da leitura e análise da sociologia de Norbert Elias desconsidera essa última possibilidade, a de que pode existir também um certo movimento de regressão. Que movimento é esse? Como explicá-lo sem cair nas armadilhas do julgamento de valor que o próprio Elias tanto combateu? Como vai ser demonstrado aqui, toda compreensão e problematização da ideia de processos descivilizadores está assentada na discussão do conceito de processo civilizador. Mesmo em seus últimos trabalhos, em especial na obra “Os Alemães” (1997) e nos estudos sobre os esportes- desenvolvidos com a colaboração de Eric Dunning (Elias & Dunning, 1992), Elias procura traçar o percurso do processo civilizador que envolve esses temas ou, em outros termos, poderia ser dito a lógica civilizacional estava sendo buscada em meio a fenômenos que pareciam contradizê-la, tais como o holocausto e o hooliganismo. É neste contexto de ampliação e validação da teoria dos processos civilizadores que emerge o conceito que é objeto deste trabalho: processos descivilizadores. Na verdade, o conceito de processo descivilizador não aparece nos primeiros estudos sobre os processos civilizadores (particularmente “O processo Civilizador” e “A Sociedade de Corte”). Mas, posteriormente, quando é incorporado de maneira intensa (demonstrando o interesse de Elias em compreender os “surto de violência” na civilização), parece até que essa ideia sempre tinha existido no horizonte da teoria eliasiana. A centralidade do conceito de “processo descivilizadores” para uma obra importante como “Os

¹ Todo esforço de Elias em apresentar sua teoria dos processos sociais reforça exatamente essa ideia. É o fundamento da sociologia figuracional desenvolvido na: “A sociedade dos indivíduos”.

alemães” e, especialmente, para o desenvolvimento posterior da sociologia figuracional, em trabalhos como o de Eric Dunning, leva a indagação sobre o seu lugar na fundamentação da sociologia figuracional. Não seria a ideia de um processo descivilizador uma tentativa *ad hoc* de resolver as inconsistências da teoria do processo civilizador? Seria um contraconceito agregado por Elias a fim de dar conta do “mal-estar” civilizacional? Essa tentativa de resolver um problema tão persistente, não apenas da sociologia figuracional, mas de grande parte do pensamento moderno- o mal-estar na civilização, tornaria legítimo o conceito de processo descivilizador- ainda que crie inconsistências internas na teoria do processo civilizador? Ainda, estariam os processos descivilizadores em oposição direta aos processos civilizadores ou haveria uma relação de complementaridade?

A resposta a essas questões exige uma análise conceitual da relação entre processos civilizadores e processo descivilizadores. Apenas a partir de uma reconsideração dos fundamentos da ideia de “processo civilizador” será possível responder as questões apresentadas acima. Dada a diversidade de caminhos pelos quais estes conceitos poderiam ser compreendidos, este trabalho parte de uma perspectiva que busca iluminar as suas tensões ao mesmo tempo em que apresenta as suas características fundamentais, qual seja, a discussão do problema da violência na sociologia eliasiana.

A IDEIA DE “PROCESSO CIVILIZADOR”

Como tema de investigação, os debates sobre civilização estiveram presentes nas mais variadas disciplinas, sendo palco de intensas disputas e das mais variadas teorias. A Elias, porém, parecia parcial e muitas vezes incorreta a maneira como se analisavam a civilização ou os processos da civilização. Ora de forma metafísica ou semi-metafísica (Kant, Descartes)², ora de maneira ideologizada, carregada de valores (Marx, Weber)³, os estudos sobre civilização careciam

² Em paralelo a isto, pode-se acompanhar a crítica que Elias faz em vários escritos e livros ao equívoco da filosofia moderna em tomar o sujeito do conhecimento como um ser egocêntrico, isolado do mundo social – *o homo clausus*. Elias contesta o princípio filosófico, próprio a modernidade, que torna possível conceber um mundo exterior e interior ao indivíduo.

³ Tanto Marx como Weber são criticados por não seguirem um programa sociológico objetivo ou suficientemente distanciado dos “perigos ideológicos”, na medida em que o primeiro centrou suas análises em modelos econômicos classistas, onde as diferenças de poder não estavam inseridas um amplo quadro de interdependências, e o segundo elaborou sua teoria sociológica pelo liberalizante viés “que o obrigava visar a sociedade a partir do indivíduo”(Elias, 2001).

de correto tratamento. Assim, Elias toma para si a tarefa de construir um caminho teórico e metodológico sob um prisma sociológico para a explicação dos processos civilizadores. .

Para a teoria eliasiana, processos civilizadores não podem ser entendidos sem que o caráter processual e gradual da civilização seja levado em consideração. Não surpreende, então, que o esforço de fundar uma teoria da civilização seja também uma resposta, um diálogo com a tradição sociológica a qual Elias se opunha.⁴No modelo teórico elaborado no “*Processo Civilizador*”, a dinâmica da sociedade de corte é analisada através da construção de conceitos associados às evidências históricas empíricas encontradas em cartas, documentos e livros de boas maneiras da época renascentista. Elias tenta captar como pode haver uma mutação civilizadora dos homens através do estabelecimento de novas regras de comportamento. As formas da vida cotidiana como comer, dormir, se comportar à mesa, falar em público são as formas privilegiadas onde o desenvolvimento das transformações podem ser vistos de maneira gradual num sentido específico. A elaboração de uma ampla teoria da civilização se inscreve dentro da teoria eliasiana como instrumento de pesquisa analítico capaz de conectar civilização a processos sociais, e fez com que o autor alemão fosse inserido dentro de um campo disciplinar específico, dos estudos processuais de longa-duração. Para Leopoldo Waizbord: “*civilização, figuração e processos sociais permitem amarrar toda sociologia eliasiana*” (In: Elias, 2002). Portanto, é necessário iniciar pelo conceito de civilização e do seu desdobramento em uma teoria sociológica. Essa insistência na transformação do *problema da civilização* numa *teoria sociológica da civilização ou dos processos civilizadores* deve ser levada em conta devido a anterioridade e centralidade dessa discussão no pensamento filosófico. Ou seja, a escolha eliasiana pelo problema da civilização precisa ser entendida também como uma estratégia de construção de sua perspectiva sociológica ao buscar construir uma posição sobre um debate que vinha se desenvolvendo desde fins do século XVIII (Rundell e Menell, 1998).

Podemos perceber a construção da posição peculiar de Elias sobre o problema da civilização logo nas primeiras páginas do “*Processo Civilizador*”. Ali nosso autor é enfático ao dizer que não está interessado em saber o que a civilização *é* ou *deveria ser* (aqui ele faz crítica a

⁴ Aqui Elias centra suas críticas a toda tradição sociológica que criava a cisão, opondo em esferas distintas indivíduo e sociedade. “A sociedade dos indivíduos” foi escrito como um programa disciplinar a corrigir essa falha. Neste sentido, as principais críticas são feitas a sociologia parsoniana por reduzir, com as variáveis padrão, a estados, o que só poderia ser compreendido por processos. Para Elias, a natureza estática dos conceitos realizados por Parsons dicotomizam, arbitrariamente aspectos bem dinâmicos e complexos, sendo, por isso, inadequados para levantar as questões de mudança, por exemplo.

teorias que considera ideologizadas), mas em **como** ela é. Neste momento, estamos diante do cerne de todo o projeto intelectual eliasiano: uma recusa dos debates que, muitas vezes, afirmavam o devir da civilização e a busca de uma perspectiva processual como caminho para uma postura científica distanciada, que precisa ser “*não dogmática e empiricamente baseada*” (Elias, 2002)

Deriva dessa perspectiva processual o fato de que nosso autor também não acredita num “grau zero” da existência humana, para ele todo indivíduo é um ser social, que compartilha a linguagem específica de seu grupo, figurando em relação de interdependência com outros seres humanos numa situação simbólica pré-existente (Elias, 2002). A ausência de um ponto zero da existência humana e o fato de que “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo” (Elias, 1990, 1994, 2002), permite a indagação de se não seria o processo civilizador o começo da história humana, da história entre os indivíduos, dos seres sociais. Assim, o estudo da civilização ou o processo de civilização, como entende Elias, pode representar o ponto de partida para constituir a gênese psíquico-social dos indivíduos. Para Elias:

“Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. (...) Dado que os seres humanos, diferentemente de muitos outros seres vivos sociais, não possuem uma regulação nativa dos afetos e pulsões, eles não podem prescindir da mobilização de sua disposição natural rumo à auto-regulação mediante o aprendizado pessoal dos controles dos afetos e pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmos e com os outros seres humanos. O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições de individualização de ser humano singular com às condições da vida social em comum dos seres humanos.” (Elias, 2002, p.21)

A diferença desta perspectiva para uma teoria da socialização no sentido mais geral reside na ideia de que existem *universais sociais* (Elias, 2002) capazes de estarem presentes em todo e qualquer processo civilizador. Tanto a coação externa como a auto-regulação interna são funções constantes desse mecanismo, podem, no entanto, variar no sentido de sua eficácia ou permanência. Isso vai depender do quão persuasivo será a combinação dessas duas instâncias no processo civilizador ou mesmo de cada uma delas em separado. Para Elias, quanto menos as coações externas representarem ameaças de violência física mais chances tem de consolidar instâncias individuais de autocoação.

A ameaça violenta constante tende a enfraquecer os mecanismos de autocontrole. Isso ocorre por gerar situações onde os indivíduos precisam sempre recorrer aos argumentos e demonstrações de violência quando apenas argumentos mais brandos ou mesmo nenhum argumento poderiam ser usados. Isso leva Elias a afirmar que: “quanto mais alto o nível permanente de periculosidade, tanto mais baixo o nível permanente de civilização”⁵ (Elias, 2002 p.22). Podemos perceber aqui o núcleo da dinâmica de mudança social que permeia a análise de Elias: as sociedades podem desenvolver-se na direção da diminuição da violência externa em favor do autocontrole ou o inverso. É a partir destas referências que discutiremos o problema da violência posteriormente. De qualquer modo, conquistamos uma compreensão do aspecto processual da teoria geral da civilização, tal como Elias a concebe:

“Se contemplarmos o desenvolvimento da humanidade, deparamo-nos com um amplo processo de civilização humana. Esse processo, em constante embate com contraprocessos descivilizadores, permanece até agora – portanto da Idade da Pedra até nossos dias – dominante. Não há nenhum motivo para supor que ele deva permanecer dominante” (Elias, 2002, p.22)

O fato de que, para Elias, o mundo dos seres humanos ainda não possa ter sido experienciado fora dos processos civilizadores e que, portanto, estes são predominantes até as épocas modernas, não permite, por si só garantir sua continuidade no tempo e no espaço. A clareza com que Elias expõe essa possibilidade de mudança, neste caso bem radical, se mostra coerente com seu programa sociológico e com o que acredita deva ser a tarefa sociológica: distanciada e sem pré-concepções. Obviamente, alguns críticos discordariam de que a teoria dos processos

⁵ A relação entre periculosidade e civilização é a ideia central da explicação da teoria dos processos descivilizadores e será retomada no capítulo 2..

civilizadores seria “distanciada” e carente de um “devir” ou *telos* (como Bauman, por exemplo). Mas, interessa aqui perceber os aspectos internos da construção da teoria dos processos civilizadores. Em outras palavras, quero aqui apresentar tal teoria da forma como é entendida e justificada por seu autor. Assim, é importante perceber que Elias assume a ideia de “processo civilizador” como um problema para ser resolvido pela pesquisa histórica empírica.

Pode-se perceber que apesar do risco de dissolução, existem para Elias, aspectos típicos do processo civilizatório⁶. A mudança histórica e a civilização gradual são alguns desses aspectos, que segundo Elias, não podem ser apreendidos pela experiência histórica apenas de maneira teórica ou especulativa, mas de acordo com a observação da direção concreta que essa civilização segue. De um modo geral, a sociologia pode indicar qual é a direção presente em todo processo civilizador:

“Dentre os elementos comuns a todos os processos de civilização, assim como a todos os processos de descivilização, destaca-se sua direção. Nesse caso, basta uma seleção de critérios para o direcionamento de processos de civilização. Em uma investigação de longo alcance, descobre-se que o equilíbrio entre coações exteriores e autoações- e, com isso, também o equilíbrio entre autoações e coações das pulsões e o tipo de assentamento individual das autoações no curso do processo da civilização humana – transforma-se no sentido de uma direção específica” (Elias, 2002, p.23)

O direcionamento do processo civilizador está ligado, portanto, a relação entre as instâncias de autocontrole e as de coação externas. O crescimento constante do sentimento civilizatório se fortalece na medida em que as pulsões e instintos humanos estão menos vulneráveis e dependentes aos controles externos, menos oscilantes e mais autônomos. Quanto mais autocontrole pessoal, mais estabelecido e acabado está determinado aspecto do processo civilizador. Essa razoável estabilidade das pulsões e instintos frente às regulações externas, essa “transformação sublimatória dos impulsos” proporciona à civilização um relativo equilíbrio no processo de integração entre os indivíduos.

⁶ Nesse tópico apresento apenas alguns deles. Mais aspectos da teoria do processo civilizador relevantes para a discussão da violência serão apresentados no decorrer do trabalho.

O problema da direção do processo civilizador, movendo-se na tentativa de equilíbrio das tensões relativas ao autocontrole e ao controle externo, tem implicações nos processos entre integração e desintegração, pacificação e violência, controle e relaxamento dos impulsos. Como então se equilibram essas tensões? Aqui passamos a lidar com o que há de mais particular e inovador na forma como Elias definiu a pesquisa sociológica sobre o processo civilizador e o problema da civilização: a partir de seus ‘índices’ sociais tais como o medo e a vergonha. Dessa maneira, a perspectiva eliasiana se concretiza realizando o que seria para ele um modo sociológico por excelência. Não estamos diante de uma avaliação geral do ‘espírito do tempo’ ou dos valores da civilização, mas de uma pesquisa empírica sobre a experiência da civilização.

As específicas mudanças civilizacionais, ao darem início às transformações do comportamento humano, o fazem na medida em que novos padrões proibitivos e novas exigências vão se estabelecendo nesse processo singular. Assim, Elias constrói o seu argumento em torno de processos históricos exemplares que ganham ainda mais força quando lidos em nossa época. É assim que o sociólogo adota como parte do seu método de argumentação e comprovação a própria sensação causada no leitor.

Vários aspectos de mudança de comportamento foram analisados por Elias, dentre eles, há uma transformação que se conecta sobremaneira aos interesses desta pesquisa por sua ligação direta com as questões de violência. Trata-se da referência clara aos instintos agressividade e seu lugar na vida social. Elias mostra como as pulsões agressivas sofreram, desde as sociedades guerreiras até hoje, uma forte mudança de direção. Os padrões aceitos de agressividade foram tão modificados nas “sociedades civilizadas”, que o que antes poderia ser aceito como normalidade e até desejado com espetáculo prazeroso se transformou, posteriormente, em morbidez e mau-gosto. Ao transformar as pulsões agressivas em objeto sociológico dentro do panorama mais amplo da teoria do processo civilizador, Elias consegue constituir um sentido que considera mais adequado ao tratamento das pulsões instintivas, incorporando a seus aspectos biológicos, os sociais. Assim:

“Como todos os demais instintos, ela (a agressividade) é condicionada, mesmo em ações visivelmente militares, pelo estado adiantado da divisão de funções, e pelo decorrente aumento na dependência dos indivíduos entre si e face ao aparato técnico. É confinada e domada por inumeráveis regras e proibições, que se transformaram em autolimitações. Foi tão transformada, “refinada”,

“civilizada” como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou em explosões isoladas que explicamos como patológicas” (Elias, 1990, p.190-191).

A hostilidade entre os indivíduos deixa de ser uma questão puramente de “natureza humana”, de ódios e paixões incontroláveis e passa a integrar elementos civilizatórios claros. Por exemplo, no estudo sobre a idade média e as sociedades guerreiras se percebe como:

“o prazer de matar e torturar era grande e socialmente permitido. Até certo ponto, a própria estrutura social impelia seus membros nessa direção, fazendo com que parecesse necessário e praticamente vantajoso comportar-se dessa maneira” (Elias, 1990, p.192-93).

Os códigos guerreiros de força, masculinidade, coragem, impeliam os indivíduos às conquistas e guerras em que a destruição parcial ou total dos inimigos e dos seus bens era amplamente aceita. Os combates corpo-a-corpo com a tecnologia disponível na época faziam dos campos de batalha um cenário onde o patamar de agressividade seria considerado inconcebível aos padrões civilizatórios atuais⁷. As formas de torturas e mutilações infringidas a indivíduos e animais⁸ são descritas no estudo de Elias como exemplos de como as estruturas sociais estão conectadas com as estruturas de personalidade. Os espetáculos públicos envolvendo alto grau de agressividade e beligerância mostram, desde a época dos gladiadores ou do confronto entre cavaleiros, como diferentes estágios do controle das emoções estão ligados a uma estrutura social que causa e exige esses mesmos padrões.

Civilizar as emoções no que diz respeito às pulsões agressivas tem significado adquirir hábitos pacíficos, apaziguar os instintos violentos, sob pena de, em sociedades onde houve uma transformação dos padrões de violência, o indivíduo violento ser considerado um sádico, anormal,

⁷ Pode-se ressaltar a forma como os corpos dos inimigos mortos eram manipulados nos campos de batalha. O corte de cabeças e membros constituía prática comum para fins recreativos como, jogos, brincadeiras e gozações. Uma das histórias sobre a origem do futebol remete a esse fato histórico.

⁸ No que diz respeito à manipulação dos corpos dos animais como pulsão agressiva, Elias descreve como na Paris no século XVI existia grande satisfação visual na queima pública de gatos vivos. A normalidade disso para as estruturas emocionais da época, e o fato de que em tempos modernos tal espetáculo possa causar asco e indignação mostra a mudança da curva civilizacional num longo período.

fora dos padrões. Mesmo quando cenas de violência são vistas, de maneira intencional ou não, existe uma forte recusa em aceitá-las como algo que cause prazer⁹.

A despeito da curiosidade que possam causar, as descrições de emoções ligadas às experiências de agressividade, e isso é também válido para a violência cometida contra animais, é importante observar como, em geral, elas estão relacionadas a situações de medo e nojo. A regulação pela qual os instintos de agressividade vem passando desde a idade média, coloca as sociedades pacificadas num estágio civilizatório muito mais integrativo do que aquele encontrado em outras sociedades no passado. A Elias, contudo, não escapam as *consequências* desse processo. As *dores civilizacionais* ocasionadas pelas intensas repressões pela qual vem passando as pulsões instintivas caracterizam um inegável sofrimento psíquico e social aos indivíduos. Seria, contudo, incoerente ao pensamento de Elias achar que cabe ao cientista social analisar os sofrimentos dentro da civilização como algo positivo ou negativo. Talvez essa seja uma das principais ambiguidades, ou a “consequência não pretendida” da teoria eliasiana: na busca de uma postura distanciada e não valorativa do processo civilizador, Elias consegue revelar as fraturas desse mesmo processo e as fontes de seu sofrimento.

A CONSTRUÇÃO DE UM OLHAR SOCIOLÓGICO NO DEBATE SOBRE A CIVILIZAÇÃO: O CONTROLE DA VIOLÊNCIA

As mudanças nos comportamentos humanos analisadas por Freud através do mecanismo de compulsão e repressão foram incorporadas por Elias numa tentativa sociológica de responder a pergunta sobre como as mudanças nos padrões de agressividade estiveram relacionadas à construção da forma de vida civilizada. O que Elias procura demonstrar é que a existência da conexão entre estrutura social e estrutura de personalidade são indissociáveis. Nesse sentido, as estruturas emocionais dos indivíduos responderam aos medos e formas de vida de cada época e foram se modificando à medida em que as estruturas sociais também se modificaram. Importante para Elias é a compreensão de que “*a estrutura emocional do homem é um todo*”, e é com essa compreensão que expõe as mudanças nas formas de violência existentes numa sociedade que se civiliza. Mesmo admitindo que as formas de agressividades não são uniformes nas sociedades

⁹ Em estudos posteriores, como os do boxe e da violência dos esportes, Elias retomará essas questões sob o prisma da “excitação” que esses espetáculos possam causar. Por enquanto, interessa argumentar em favor da teoria eliasiana sob o ponto de vista da modulação sofrida pelo instinto agressivo ao longo do tempo.

ocidentais, os padrões de agressividade nas nações “civilizadas” passaram por grande transformação, em movimento descendente, se comparados a outros estágios civilizatórios. O exemplo mais drástico é aquele em que é possível verificar a distancia das emoções de fúria entre guerreiros da Idade Média e a forma emocional com que soldados dos exércitos com alto aparato tecnológico lidam com seus inimigos. Desse ponto de vista, a permanência da “agressividade nas nações beligerantes do mundo civilizado parece bem pequena” se comparada às lutas na idade média:

“Como todos os demais instintos, ela é condicionada, mesmo em ações visivelmente militares, pelo estado adiantado de divisão de funções, e pelo decorrente aumento da dependência dos indivíduos entre si e face ao aparato técnico. É confinada e domada por inumeráveis regras e proibições, que se transformaram em autolimitações. Foi tão transformada, “refinada”, civilizada” como todas as outras formas de prazer, e sua violência imediata e descontrolada aparece apenas em sonhos ou em explosões isoladas que explicamos como patológicas” (Elias, 1990 , p.190-91).

As explosões emocionais de agressividade nos campos de batalha durante a Idade Média eram tão intensas que seus códigos de normalidade admitiam muita brutalidade nas lutas. Formas de tortura, manipulação de corpos, tipos de assassinatos feitos com extrema crueldade eram então socialmente aceitos sem que nada disso fosse considerado negativo. Pelo contrário, a força física e a guerra eram elogiadas como condições altamente dignas e valorosas ao código guerreiro. No entanto, Elias mostra uma mudança desses sentimentos a partir da sociedade de corte, com a gradativa transformação nos padrões de comportamento exigidos. Mais e mais os impulsos foram delegados a uma zona de controle e domínio. Com os impulso agressivos não foi diferente, a ideia de “civilidade” se traduziu na maneira em que as emoções foram civilizadas. Portanto, tanto nas sociedades guerreiras como na sociedade de corte, “é a estrutura da sociedade que exige e gera um padrão específico de controle emocional”. Assim, podemos perceber que, através do seu estudo histórico sobre o desenvolvimento das maneiras na Europa, Elias elabora algo bem mais ambicioso: uma teoria radicalmente sociológica sobre o problema da civilização ou do mal-estar na civilização.

A VIOLÊNCIA COMO SURTO DESCIVILIZADOR

“A civilização é uma faca de dois gumes”

Norbert Elias

Muitas das considerações críticas feitas sobre a ideia eliasiana de um processo civilizador dizem respeito ao fato inegável de que em sociedades onde houve uma considerável pacificação da violência, a ameaça do seu retorno esteve sempre presente: não só como ideia fantasmática, mas em situações onde isso se pode evidenciar de maneira real. Os críticos de Elias não tiveram muita dificuldade em usar todo o antigo arsenal de recusa à ideia de civilização, dos quais o movimento Romântico na Alemanha seria um grande exemplo, contra as provas empíricas da existência de um processo civilizador. O estabelecimento do ‘processo civilizador’ como uma perspectiva sociológica viável para compreensão dos processos de mudança no Ocidente teve que enfrentar os inúmeros exemplos de permanência da violência. Elias foi muito confrontado por essas questões, de modo que esta se tornou uma de suas inquietações centrais em seus escritos tardios. Tanto nos estudos realizados em parceria com Eric Dunning (sobre o problema dos modos de civilidade nos esportes e, mais tardiamente, sobre hooliganismo), quanto na obra “Os alemães”, Elias reflete sobre o problema da permanência da violência na civilização. Essa reflexão é extremamente importante porque do seu sucesso depende a própria validade da ideia de processo civilizador. Assim, se é como querem os críticos e não houve uma pacificação e controle da violência a partir da formação dos Estados-nação industriais, a própria ideia de processo civilizador (e sua pretensão de distinguir-se do debate anterior sobre a civilização devido ao seu fundamento empírico) perde seu sentido. Na tentativa de apresentar essa discussão e seu desenvolvimento para a sociologia figuracional, o problema do “caso alemão” ou de como o estudo da relação entre civilização e violência na sociedade contemporânea foi marcado pela crítica de que não seria possível falar de processo civilizador num mundo que conheceu o Holocausto. Sendo assim, das principais obras de Norbert Elias, é no estudo sobre “Os alemães” onde o problema da violência e de uma sociologia da violência se encontra tratado de forma mais direta. Nesse trabalho, Elias tenta responder aos seus críticos e justificar como a teoria dos processos civilizadores poderia se manter ainda que tenha sido contemporânea de Hitler. O

caminho seguido pelo autor está baseado num desenvolvimento que não é tão comumente conhecido: a ideia de descivilização.

O LUGAR DOS PROCESSOS DESCIVILIZADORES NA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL: VIOLÊNCIA E EQUILÍBRIO DAS EMOÇÕES.

Com o conceito de ‘descivilização’, Elias tenta dar conta do grande mal-estar civilizacional que o retorno da violência representa. No entanto, dentro de uma perspectiva eliasiana, conceber o retorno da violência ou de atos violentos, só tem sentido, se *retorno* não for entendido como contraposição a uma situação anterior já solucionada. Aprende-se com Elias que nada em civilização está solucionado, os arranjos são dinâmicos e provisórios e muitas vezes convivem em situação de tenso equilíbrio. Assim, Mennell, explica:

“Os processos de descivilização são o inverso dos processos de civilização. Mas não podemos ater-nos a uma constatação desse tipo. Como de hábito quando se trabalha com teorias de Elias, devemos pensar em termos de equilíbrio de tensões entre pressões conflituais”. (Mennell, 2010, p.145).

A evidência da oposição entre os termos civilização e descivilização mostra como estão em contradição um em relação ao outro. Porém, a forma como se equilibram ou desequilibram as pressões civilizadoras ou descivilizadoras, é que vai estabelecer uma clara figuração. Seguindo a linha argumentativa oferecida por Mennell (2010), tem-se que o estabelecimento de distintas figurações se dá pela predominância de uma ou outra pressão. Portanto, mais uma vez a questão da direção se impõe e, como um dos traços distintivos do processo civilizador, tem continuidade. Seu entendimento se situa dentro de um estudo ao longo do tempo, perceptível, muitas vezes, ao longo de gerações ou séculos em que a transformação de modelos de comportamento e sensibilidade apresentam a forma de processos de mudança estrutural.

“A questão da direção é crucial, porque a noção de processo de descivilização, como inversamente a de civilização, só se mantém se puder ter certeza de que o processo evoluía antes num sentido estrutural, numa direção reconhecível” (Mennell, 2010, p 164)

Esse sentido da dinâmica dos processos civilizadores gera muita controvérsia para a teoria de Elias. Seria esta uma teoria evolutiva ou unilateral? Para Elias, ao contrário, a questão da dinâmica da direção oferece ao processo civilizador a plasticidade necessária a teorias processuais de longa duração. Se um sentido específico aponta para alguma direção, não se pode dizer que este seja controlável. O entrelaçamento dos agentes sociais não é planejado, embora os resultados desses produtos possam apontar numa direção específica. Só assim, pode-se entender como processos civilizadores e descivilizadores podem coexistir numa sociedade em um sistema de dominância que mais uma vez aponta numa determinada direção. O crescimento do nível de segurança ou periculosidade dentro de uma sociedade depende da maneira como a conexão entre emoções e estruturas está se figurando. Portanto, quanto mais débil, mais frágil estiver essa conexão mais os níveis de integração e solidariedade estarão ameaçados. Como lembra Mennell:

“Os caminhos da violência continuam a desempenhar um papel até e inclusive na sociedade mais pacificada internamente, embora ao longo do tempo- assim como a defecação, o fato de urinar, a nudez e outras de se portar- estes acabem sendo incrivelmente dissimulados nas cenas da vida cotidiana. Eles podem, no sentido próprio e no figurado, ser descartados, mas nem por isso deixam de estar sempre presentes”
(Mennell, 2010, p. 166)

Desse ponto de vista, como creditar à teoria de Elias uma postura unilateral? Ou ainda ver na teoria dos processos civilizadores um modelo de progresso? Por mais que a pacificação da violência possa ser sentida, através da forte relação entre controles emocionais e externos, a relativa estabilidade que configura, pode fazer emergir mudanças na direção contrária. Se a conexão entre as duas esferas de controle- a externa e a da auto-regulação- estiver em desordem de simetria, pode derivar situações de insegurança e violência.

Entender o lugar dos processos descivilizadores na teoria figuracional, é compreender que a interdependência funcional das relações sociais esta em correspondência direta com a estabilidade do monopólio dos meios de violência perpetrados pelo estado e a consequente pacificação afetiva das formas de vida civilizadas. O equilíbrio entre coerções externas e autocoerções figura situações em que mudanças civilizadoras podem ser sentidas. Por outro lado,

“os processos descivilizadores podem ser definidos como um movimento do equilíbrio para trás em favor das coerções externas. Em nenhum caso, porém, o funcionamento do

autocontrole permanecerá imutado se transformações intervierem na estruturação das coerções externas- o comportamento dos outros indivíduos” (Mennell, 2010, p.170)

O fato de que os processos descivilizadores possam emergir na vida social faz dessa uma reflexão com a qual Elias tem que confrontar sua teoria geral da civilização. Além das evidências empíricas a confrontar a ideia de pacificação dos modos, como Mennell vem demonstrar: a própria estrutura lógica da forma figuracional requer o reconhecimento de um movimento distinto. Pensar que possa haver um “equilíbrio para trás” na forma de vida civilizada, mostra o quão sutilmente podem estar equilibradas as emoções violentas. Como qualquer aspecto da vida social, as ações de violência também devem ser entendidas de maneira processual, inseridas que estão numa direção específica. Mas, isso já pode ser lido no *“Processo Civilizador”*? Aquele estudo, em algum momento, comporta a ideia de um sentido contrário em seu movimento? Afirmando que não estaria modificando os fundamentos de *“O Processo Civilizador”*, Elias completa-os quase quarenta anos depois com o estudo sobre os alemães e a possibilidade do holocausto sob o nacional-socialismo. Se a tentativa de Elias em manter os princípios gerais de sua teoria e relacioná-los com os problemas de violência na civilização tem coerência interna, será uma questão para ser respondida mais adiante na pesquisa. Por enquanto, ficaremos com o seguinte trecho d *“Os alemães”*, (Elias, 1997, p. 161):

“A civilização a que me refiro nunca está completada, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma destas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Isto, por sua vez, está vinculado a estruturas sociais específicas. Estas incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intra-estatais- isto é, a pacificação social. Mas a pacificação interna de uma sociedade está sempre correndo perigo. Ela é ameaçada por conflitos tanto sociais quanto pessoais, que são atributos normais da vida humana em comunidade- os próprios conflitos que as instituições pacificadas estão interessadas em dominar”

Essa seria a “brecha” ou permissão dada por Elias para concebermos os processos regressivos em sua teoria social. Se a vida social pode mudar em determinadas condições específicas e se, como acreditam os eliasianos, devemos pensar como Elias: “em termos de equilíbrio de tensões entre pressões conflituais” (Mennell, 2010, p. 147), os processos civilizadores e descivilizadores se configuram como pressões antagônicas que em determinados momentos podem emergir como dominantes. Trazendo aqui o

questionamento feito por Mennell: o que significa pensar que um ou outro processo se tornou dominante? E mais precisamente para esse trabalho, o que significa pensar o holocausto como um surto descivilizador? Como relacionar a teoria dos processos da civilização como a violência emergente do Estado Alemão durante a Segunda Guerra?

A teoria dos processos civilizadores é central ao entendimento do que significa pensar uma civilização que foi se pacificando. Para Elias, processos civilizadores são processos pacificadores porque a violência vai sendo retirada da vida cotidiana por pressões externas (com o estado reivindicando para si esse monopólio) e pressões internas (uma maciça internalização coercitiva que vai modulando as estruturas psíquicas individuais dos instintos violentos). Desse modo, reconhecer ou constatar a existência de um processo civilizador segundo a sociologia figuracional é, primariamente, verificar que modelos definidos de ação vão se instalando numa direção bem precisa. Por isso, Elias insiste tanto nos modelos de longa duração, os únicos passíveis de utilização em termos de teoria processual e os únicos capazes de garantir bases seguras para o conhecimento sociológico. A certeza de estar diante de formas sociais sedimentadas, próximas ao que hoje chamaríamos de estruturais, advém da pesquisa histórica que não só confirma a existência de tal forma como possibilita a interpretação das ações que a compõem no seio de uma figuração. Mais uma vez retomo Mennell:

“A questão da direção é crucial, porque a noção de processo de descivilização, como inversamente, a de civilização, só se mantém se se puder ter certeza de que um processo evoluía antes num sentido estruturado, numa direção reconhecível”. (Mennell, 2010, p.164)

Como se pode perceber, o sentido dos processos, se civilizadores ou descivilizadores, pode ser verificado na medida em que as dinâmicas de mudança vão se instaurando como modelos de conduta que vão modulando as estruturas de personalidades. A percepção e confirmação da existência de processos civilizadores se dá também por sua direção: através dos vetores dinâmicos de mudanças que podem desencadear. Mudanças nos padrões sociais vão se instalando de maneira não planejada, contudo seus produtos são resultado de uma gradual reestruturação dos modos de pensar, agir e sentir. Nesse sentido, Elias está confrontando e tentando construir uma resposta própria a um problema central para os processos de civilização e também para a sociologia em geral, que são as questões ligadas à

ordem social. E, assim, se pergunta como é possível a existência da vida social, da reciprocidade entre pessoas sem que as sociedades sejam apenas destruição e frustração. Como então pode o indivíduo ou os grupos realizarem suas necessidades e desejos em relativo acordo a outros indivíduos ou grupos? Vemos aqui que, por um caminho diverso, o problema de uma ordem da civilização coincide com uma pergunta sobre a organização e possibilidade das formas de sociabilidade.

Para Elias, uns dos problemas centrais da civilização é o papel que as coações desempenham e como (des)equilibram as emoções sociais e individuais. Para isso, nosso autor propõe um esquema tipológico em que as coações se distinguem em quatro níveis: no primeiro deles, tem-se coações impostas à natureza animal dos seres humanos, nesse grupo não só necessidades fisiológicas estão presentes, mas também aquelas associadas as emoções e sentimentos, tais como: amor, raiva, afeição; em segundo lugar, as coações impostas pela natureza aos indivíduos; depois as coações sociais ou externas (*Fremdzwange*), coações encontradas nas relações de interdependência entre as pessoas e, por último, as coações de natureza individual (*Selbstkontrolle*) ou mecanismo de autocontrole, que se dá quando a regulação é interna, assumindo uma forma acabada de consciência. Essa cadeia de coações está presente no desenvolvimento humano de forma mais ou menos intensa de acordo com a sociedade em que o indivíduo está inserido. As emoções vão se definindo na balança entre controles internos e externos: tanto mais o processo civilizador estiver acabado mais auto-regulação individual está presente e menos controle externo se faz necessário. Caso contrário, se o controle externo precisa se fazer valer de maneira mais constante, é porque se está diante de uma fragilidade maior na manutenção dos mecanismos de poder, tornando-os mais instáveis e suscetíveis a bruscas mudanças. Portanto, com a continuidade dos processos de civilização há a tendência de que a auto-regulação desempenhe a função que torna os processos mais uniformes e abrangentes. Ou seja:

“Quando as pressões civilizadoras são dominantes, a orientação vai no sentido da formação de estruturas sociais que favorecem a formação de modelos sociais que exigem um nível corrente mais sustentado de autocoerção da parte das pessoas e cada geração sucessiva” (Mennell, 2010, p 180).

Isso significa que a estrutura de personalidade é modulada de maneira a que, emocionalmente, haja maior controle e refreamento das paixões. No caso da presença efetiva dessas modulações, o mecanismo que as instaura se faz bem menos proibitivo e punitivo, em prol de instâncias mais persuasivas e argumentativas. As estruturas de personalidades são moldadas de acordo com um sistema de punições e ameaças sempre presentes tornando uma eventual transição para um sistema pluripartidário bem mais dramático por causa do fraco nível de autocontrole e maior presença de coações externas.

Com essa teoria geral, Elias pretende não só imprimir aos processos civilizadores características universalizantes como construir um nível de explicação adequado para a constituição de uma explicação sociológica com vistas à generalização. Tanto a problemática da direção, uma vez que falar de processos civilizadores e descivilizadores elimina qualquer caráter determinista e reforça a necessidade da pesquisa histórica como base da produção do conhecimento sociológico, quanto das coações que conformam o escopo necessários a tais processos. Estas, por sua vez, possibilitam delinear um modelo de análise sociológica focado na dinâmica entre interação e poder.

Contudo, o aspecto mais problemático que Elias precisa confrontar é o fato de que as irrupções de violências continuam presentes na vida social mesmo que muito do processo civilizador tenha avançado. Mesmo que um alto grau de autocontrole tenha sido alcançado, existe a latente possibilidade de sua dissolução na medida em que novos medos, ansiedades e inseguranças possam se presentificar na cena social. Para eliasianos, como Mennell, esse seria o aspecto não-linear, dinâmico e contingente da teoria dos processos civilizadores. Nesse sentido, os “surtos de violência” podem ser entendidos como processos que se ‘descivilizam’ em favor de um tipo de equilíbrio de tensões em que as coações externas passam a ter um papel preponderante. A mudança no sentido de comportamentos afetivos com tendências descivilizadoras, ao desestabilizar certo tipo de equilíbrio de emoções, trazem à tona formas de violência e agressividade que pareciam suprimidos. Essa aparente supressão e a possibilidade de sua emergência mostra o quão contingente e instável pode ser o equilíbrio de tensões. É com essa compreensão que Elias explica a violência que escapa, que transborda nas sociedades em que os processos civilizadores foram ajustados. O equilíbrio das emoções nos surtos de violência é revelador dos riscos advindos quando o

grau de insegurança aumenta na vida social. Novos medos aumentam os níveis de perigo, tornando as propensões descivilizadoras emergentes. O gradiente de poder passa a apresentar reorganização nas posições entre indivíduos, as figurações passam por transformações quando um surto descivilizador irrompe e apontam para mudanças nas relações de interdependência entre as pessoas.

ELIAS E A EXPLICAÇÃO DO HOLOCAUSTO: CIVILIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA REGRESSIVA.

*“A monopolização da força física é uma dessas invenções
sociais não-planejadas”
“Não é a agressão de deflagra os conflitos, mas os conflitos que deflagram a agressão”
Norbert Elias*

O problema da universalidade da presença da violência na vida social faz com que grande parte das teorias sociológicas precisem confrontá-lo. Para Elias, um dos grandes problemas no entendimento dos fenômenos violentos reside na desastrosa compreensão desses fenômenos como fatos do domínio da irracionalidade humana. Nesse sentido, a sua preocupação com a natureza da violência passa pela necessidade de construção de uma explicação baseada nos processos de interação e não em irrupções de sentimentos irracionais. Central para a teoria dos processos civilizadores é que os conflitos violentos desenvolvidos por determinada sociedade possam ser entendidos dentro da perspectiva de suas condições civilizadoras específicas. Portanto, entidades semi-metafísicas como o “monstro emergente Hitler, personificando o Mal” ou explicações que não levem em consideração a estruturação do Estado-nação e das personalidades a ele correspondentes, pouco ou nada elucidam sobre *como* ou sobre *que condições* o Holocausto nazista teve lugar na história alemã. Se a teoria dos processos civilizadores é uma teoria da pacificação da vida social, cabe mais uma vez mencionar a questão inicial que vem sendo aqui discutida: do quão incômodo e problemático pode ser para tal teoria ter que lidar com o nazismo e explicar as suas formas violentas. A explicação eliasiana de que na Alemanha houve um grande colapso do comportamento civilizado, com impulsos de barbarização, leva a teoria dos processos civilizadores a ter que dar conta desse reverso civilizatório. De fato, a teoria do processo descivilizador foi agregada tardiamente à teoria dos processos civilizadores e,

por isso provavelmente, parte de uma explicação bem particularista dos casos sobre violência. Ou seja, na forma como está presente em “Os Alemães”, a ideia de processos descivilizadores como uma teoria da sociologia figuracional sobre o problema da violência está baseada exclusivamente no caso da Alemanha nazista. Se o Holocausto, a maior representação da barbárie de nosso tempo, aconteceu na Alemanha, o argumento eliasiano nos leva a entendê-lo como estando ligado às tensões entre os conflitos de pacificação especificamente alemães. Portanto, duas citações são importantes a esse respeito:

“...não se pode entender o colapso de comportamento e sentimentos civilizados enquanto não for possível, em primeiro lugar, compreender e explicar o comportamento e sentimento civilizados vieram a ser construídos e desenvolvidos...”(Elias, 1997, p. 390)

“A civilização a que me refiro nunca está completa, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma delas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Estas incluem o fornecimento de bens – ou seja, a manutenção do habitual padrão de vida. Incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intra-estatais – isto é, a pacificação social. Mas pacificação interna de uma sociedade também está sempre correndo perigo. Ela é ameaçada tanto por conflitos tanto sociais quanto pessoais, que são atributos normais da vida em comunidade humana – os próprios conflitos que as instituições pacificadoras estão interessadas em dominar.”(Elias, 1997, p. 161).

Elias indica claramente a vulnerabilidade de uma civilização que, nunca estando “acabada” ou plenamente realizada, possui esse estado de ameaça constante sob a forma do conflito como “atributo normal da vida em comunidade”. As tensões conflituais precisam se equilibrar constantemente. Um desequilíbrio brutal de poder em figurações mais ou menos estáveis pode levar ao colapso de certa estrutura social. Contudo, essa última elaboração indicativa da fragilidade das formas civilizadas só aparece nos estudos tardios de Elias, sendo o aspecto teórico central nos “Alemães”. A possibilidade de que uma civilização possa sofrer uma forma de colapso ou de dissolução em suas bases não foi algo com que Elias tenha se preocupado na formulação primeira dos processos civilizadores. Em contrapartida, o colapso das formas civilizadas passa a ser o aspecto determinante usado por ele quando a relação entre civilização e violência passou a ser um problema na teoria processual.

Parece que barbárie perpetrada sob o monopólio do Estado-nacional alemão exigiu da teoria dos processos civilizadores mais do que ela podia oferecer quando foi escrita nos anos trinta. Sobre esse aspecto e quando confrontado com esse fato, Elias apresenta algumas justificativas para o fato de que o problema da irrupção da violência não tenha qualquer centralidade nas suas primeiras obras: a primeira reside no fato de que, estando muito envolvido com a guerra como judeu-alemão e tendo sofrido grande perda emocional, precisou de um distanciamento temporal para que emocionalmente pudesse lidar com o fato de maneira mais científica possível. Depois, era necessário que uma história longa pudesse ser escrita sobre a Alemanha para que só assim o Holocausto pudesse ser compreendido dentro dessa trajetória (e nisso, como em todo o resto, Elias não abre mão da teoria dos processos civilizadores como modelo explicativo, ainda que, nesse caso, a teoria dos processos descivilizadores precisasse vir a ser somada). E, por último, nosso autor lembra que a permanência da violência na civilização significa que: como aspecto do convívio entre seres humanos, ela nunca esteve ausente: suas formas de pacificação podem ser sentidas, mas não se pode indicar sua extinção. Essas formas de pacificação podem ser sentidas não apenas pelo abrandamento das agressões físicas, mas mesmo no aspecto fático de como as pessoas podem agradar umas às outras, se testam nos esportes sem ocasionar danos físicos uns aos outros, podem viajar por regiões pacificadas, trabalhar, estudar em ambientes com certa estabilidade não violenta. Esse último exemplo mostra como Elias mantém as bases iniciais da teoria do processo civilizador na explicação da violência: para ele, uma perspectiva longa aponta na direção da diminuição das formas de violência e do seu abrandamento no convívio entre as pessoas. Que esse fato tenha sido naturalizado por gerações que não conviveram num mundo bem mais violento, antes do processo civilizador entrar em curso, apenas obscurece o fato evidente de que o maciço foi a pacificação do comportamento humano. Portanto, a permanência da violência na civilização (apesar do incômodo de sua constatação) não significa, do ponto de vista eliasiano, que muito de pacificação não tenha sido alcançada. Se ela é realmente suficiente, talvez seja algo que a teoria de Elias não possa e nem deseje responder. Pode-se entender, como descrito acima, que Elias mantém as bases explicativas do processo civilizador mesmo quando a continuação da violência se mantém como fato estável do convívio entre as pessoas. No entanto, fica evidente e os críticos não tardaram a apontar, apenas utilizando-se dessa

perspectiva o contraste peculiar entre civilização e violência durante o Holocausto não pode ser devidamente compreendido. Por essa razão, nosso autor começa por distinguir certos traços distintivos do *habitus* alemão (traçando as correspondências deste *habitus* com o processo civilizador desenvolvido particularmente na sociedade alemã) para, posteriormente, estabelecer a conexão dessa relação histórica de correspondência com seu papel preponderante durante o colapso descivilizador da Segunda Guerra Mundial.

Algumas das principais características do desenvolvimento do Estado alemão já foram mencionadas nesse trabalho, bem como a sua relação com a formação de um *habitus* nacional. O particularismo do “caso alemão” requer uma arqueologia que o conecte às formas de suas peculiaridades, daí o porquê de Elias falar em ‘biografar o estado alemão’ como tarefa necessária ao entendimento do terror desencadeado pelo genocídio. Desse ponto de vista, é preciso observar que houve uma ascensão da Alemanha depois da unificação em 1871. A partir da formação do Segundo Império toma corpo um movimento ascendente que faz a Alemanha figurar entre as grandes potências mundiais e lutar por hegemonia dentro do conturbado cenário europeu. Já foi dito acima que o fato de que a unificação da Alemanha tenha significado a vitória sobre outros estados rivais e de que a nobreza militar tenha liderado essas lutas desempenhou grande significado para a política interna. Principalmente, significou uma derrota da burguesia alemã que se encontrava em segundo plano nos assuntos políticos. Nesse contexto, de maneira muito peculiar e contrariamente ao que aconteceu em outros países, foram as classes médias emergentes que assimilaram valores da aristocracia em desfavor dos princípios gerais burgueses. Elias busca demonstrar como essa situação de desprestígio derivou numa outra em que o aumento da autoestima alemã conquistada com o Kaiserreich, trouxe uma espécie de compensação aos membros da burguesia, que agora podiam se identificar como nação. Portanto:

“Uma vez que os anseios de unificação tinham sido realizados através de guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia, foi aduzida a conclusão de que guerra e violência também eram bons e esplêndidos instrumentos políticos. Não todos, mas certamente seções muito importantes da burguesia alemã converteram essa linha de pensamento no núcleo de sua ideologia” (Elias, 1997, p. 167)

Vê-se que uma significativa transformação ocorreu nos setores da burguesia alemã. Quando se tem em conta a tradição cultural e profissional específicas desse estrato social é possível observar sua conversão aos valores bélicos da nobreza. Se essa questão é retomada mais uma vez, é para que a apresentação em forma de brevíssimo percurso histórico possa ser conectada ao argumento eliasiano de explicação do Holocausto.

Depois do longo período de unificação do chamado Segundo Império houve, no final da Primeira Guerra Mundial, o primeiro governo não militar da história alemã: a República de Weimar. Pela primeira vez, em toda a história alemã existia um estado governado por um civil, vindo das classes trabalhadoras e com forte tradição parlamentarista. A emergência e oficialização da República de Weimar se dá no contexto do fim da Primeira Guerra que, para a Alemanha, foi particularmente traumático. Grupos que estiveram à margem das decisões políticas conseguiram ganhar força graças à grande desestrutura do regime anterior com a destruição causada pela guerra perdida. Os códigos sociais beligerantes ruíram, pelo menos parcialmente, imediatamente após a derrota do *Kaiserreich* em 1918. Paralelo aos acontecimentos da revolução russa, houve grande movimentação da classe trabalhadora dentro da Alemanha. Parte dela era simpática aos movimentos pró-violência outra não, parte era comunista, parte fortemente conservadora. Em meio a essa briga de forças estavam as classes médias que continuavam mantendo os valores conscientes e deliberados da aristocracia como questão de política de estado. De forma geral, a Alemanha se apresentava nesse período em meio a uma guerra com resultados extremamente desfavoráveis e com um estado parlamentarista, numa nação sem nenhuma tradição democrática anterior. Assim, foram essas as condições favoráveis à ascensão do nacional-socialismo: o Estado durante a república de Weimar pareceu incipiente e rudimentar, não podendo responder aos anseios dos movimentos e organizações de inspiração guerreira da classe média e da classe trabalhadora que viam no declínio do monopólio estatal da violência mais sinais de fraqueza e humilhação do império. Esses aspectos somados ao fato da derrocada da Primeira Guerra e o peso moral do Tratado de Versalhes, fizeram da “nós-imagem” com a Nação algo perturbador aos alemães, algo com o qual esses patriotas não queriam se identificar.

Em meio a esse panorama começa a surgir de forma proeminente os grupos terroristas, os chamados *Freikorps*. Esses se constituíam como associações voluntárias de disciplina militar que empregavam meios violentos para resolver os conflitos políticos. Faziam parte dessas associações pessoas oriundas dos estratos da classe média, e em muitos casos eram estudantes. As confrarias estudantis estiveram intimamente relacionadas com o *Freikorps*, na sua ideologia e formação. Se a República de Weimar tendia ao processo de desmilitarização dos quadros estatais oficiais, esse movimento fracassou porque não correspondia ao sentimento beligerante e revanchista de parte da população alemã.¹⁰ Ao contrário, os *Freikorps* foram aumentando em número e na intensidade de seus atos e se formavam em torno de ex-oficiais que figuravam em situação de liderança.

“A despeito de sua conduta e mentalidade frequentemente mercenária , os Freikorps eram disciplinadas tropas de choque cujos membros estavam impregnados na tradição militar, desde que sua confiança fosse alimentada por líderes a quem não faltava, por vezes, uma certa dose de carisma” (Elias, 1997, p.175)

Em relação aos grupos pacifistas, e mesmo grupos de trabalhadores não-pacifistas, os *Freikorps* levaram uma vantagem desproporcional de poder: eram mais bem treinados, possuíam armas e apoio do Exército que também era simpático a essa organização paramilitar. É preciso sublinhar que nos anos pós I Guerra o quadro militar do Estado alemão foi intencionalmente esvaziado devido às próprias sanções da guerra. Dessa maneira, muitos dos integrantes dos *Freikorps* eram militares desempregados ou aspirantes a uma carreira militar que lhes foi bloqueada com o fim da guerra. Portanto, como mostra Elias, por parte dos membros dos *Freikorps*, há uma posição bastante ambivalente em relação à instituição militar que mescla a identificação como vontade de inclusão e o ressentimento da exclusão. Os *Freikorps* fizeram uso do terror para desestabilizar o Estado ao qual se

¹⁰ Elias lembra que: “muitos alemães e a maioria dos guerrilheiros, detestavam o novo Estado e a nova sociedade, simplesmente porque contradiziam seu conceito de grandeza e orgulho da Alemanha ao apresentarem-se como perdedores” (Elias, 1997, p. 405).

opunham (a República de Weimar), cometeram vários assassinatos políticos¹¹ e atos de violência como forma de conter, por exemplo, o avanço do comunismo sob solo alemão.

Para Elias, o avanço do terrorismo dos *Freikorps* sinaliza, “como o ovo da serpente”, o que estava por vir do terrorismo de Estado durante o Nazismo. Como precursor do processo descivilizador, gestado a partir dos anos trinta, foi ele mesmo uma barbárie mobilizada pelo comportamento e sentimento recalcados da possibilidade e necessidade da volta à grandeza do Império. Os objetivos de reunificação e reestruturação a partir do Terceiro Reich, formalizados com a ascensão de Hitler ao poder, corresponderam aos sentimentos de que a nação alemã carecia de um estado forte e não fraco, e deveria/precisaria rejeitar os argumentos morais em favor de tendências antimorais e anticivilizadoras. Importa nessa questão relacionar o *habitus* militarista e as condições estruturais específicas do Estado Alemão ao surgimento dos *Freikorps* e, no seu desdobramento corrosivo no nacional-socialismo, como terrorismo de estado ampliado¹². Assim, Elias explica:

“O culto da brutalidade e o valor atribuído à violência física, que já tinham começado a desenvolver-se entre os jovens burgueses da Alemanha Guilhermina, faziam agora parte integrante da cultura Freikorps. Estes representavam, no mais alto grau da tradição neoburguesa que idealizou a violência. Ela encontrou sua expressão suprema no regime nacional-socialista”
(Elias, 1997, p.405)

Os sentimentos coletivos de que a Alemanha havia se convertido num Estado-nação desprovido de valor e significado, talvez simplesmente ‘civilizado’ no sentido que a burguesia rejeitava, representavam um ressentimento que veio a ter papel importante na ideia, bem difundida, de que uma vida futura poderia preencher as lacunas da imperfeição ou poderia, principalmente, redimir o passado de humilhações. Portanto, a destruição da

¹¹ Várias pessoas foram assassinadas por membros dos Freikorps e associações estudantis, Elias lembra os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. O número de pessoas que foram mortas é até hoje impreciso, as formas de seus acontecimentos foram extremamente violentas.

¹² Dessa forma: “O culto da brutalidade e o valor atribuído à violência física, que já tinham começado a desenvolver-se entre os jovens burgueses da Alemanha Guilhermina, faziam agora parte integrante da cultura Freikorps. Estes representavam, no mais alto grau da tradição neoburguesa que idealizou a violência. Ela encontrou sua expressão suprema no regime nacional-socialista” (Elias, 1997, p.405)

sociedade sem significado se transforma na solução para a realização de uma sociedade mais valorosa:

“A estratégia violenta dos grupos terroristas era um ataque deliberado à continuada existência do monopólio estatal da força, e visava, por assim dizer, o próprio coração do Estado, pois quando esse monopólio se torna incapaz de funcionar e desmorona, então mais cedo ou mais tarde o Estado também desmoronará” (Elias, 1997, p.251)

Essa ideia desempenhou um papel decisivo sobre a incursão anticivilizadora na história alemã. Para Elias, “o passado projetou suas sombras sobre os atos e pensamentos políticos” e mais uma vez estamos diante de um padrão nacional de comportamento estruturado na personalidade individual profundamente relacionada com a identificação entre os membros do grupo que, para realizarem seus objetivos políticos, violavam o monopólio estatal da força física. O requisito da destruição como função relevante para a vida futura valorosa foi o marcador do processo de brutalização. Assim:

“ uma vez que a necessidade de abstenção de atos de violência no interior dos Estados é um dos elementos fundamentais do que chamamos “comportamento civilizado”, e como os processos civilizadores e os processos de formação do Estado estão, de fato, intimamente interligados, os movimentos terroristas representam movimentos regressivos no contexto do processo civilizador. Eles têm um caráter anticivilizador.”(Elias, 1997, p.251).

A identificação do caráter anticivilizador do Holocausto é a perspectiva eliasiana para explicar a maciça brutalização ocorrida durante o extermínio de milhares de pessoas. O fato de que a barbárie tenha acontecido de maneira formalizada e institucionalizada, sustentada como comportamento exigido pelo Estado alemão, leva Elias a refletir sobre a formação da estrutura das personalidades que viam suas ações violentas como comportamento humano normal e aceitável. No século vinte, segundo Elias, o padrão de comportamento humano esteve em dissonância com as ações do nacional-socialismo. O horror e repugnância causados pelos atos dos nazistas durante o Holocausto levam Elias a contrastar esses acontecimentos brutais à forma de “vida civilizada”. O realismo político que

assumiu doutrinas amorais em sua composição esteve calcado na identificação da população com os valores da força, rigidez militar e valores bélicos. O *Führer* se tornou à máxima autoridade do Estado, que exigia uma submissão absoluta da população para com a pátria. Portanto, o caráter tirânico e opressivo de crença e do comportamento foi algo com o que a sociedade alemã pôde se identificar. Uma nação que pôde idealizar a si própria como símbolo de grandeza, com uma tradição autocrática quase unilinear de governo, não teve como problemática a ideia de lançar mão de tantas formas de opressão e destruição quanto possíveis em nome do sonho do Reich.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zygmunt. (1991) *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt. (1997) *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998) *Modernidade e Holocausto*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DUNNING, Eric e MENNEL, Stephen. (1997) *Prefácio à Edição Inglesa*. In: Elias, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do “Habitus” nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- EINSTEIN, Albert. FREUD, Sigmund. (1972) *Warum Krieg?*, Zurich: Diogenes Verlag.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. (1992) *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. (2008) *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilising Process*, Dublin: University College Dublin Press.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric.(1995) *Deporte y ocio en el proceso de civilización* . México: Fondo de Cultura Economico.
- ELIAS, Norbert. (1994) *O processo civilizador, volume I: uma história dos costumes*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert. (1994b) *O processo civilizador: formação do estado e civilização*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, Norbert. (1994c) *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (1997) *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (2001) *Norbert Elias por ele mesmo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (2002) *Escritos e Ensaaios I: Estado, Processo, Opinião Pública*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Elias, Norbert. (2001) *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

ELIAS, Norbert. *Sobre os Seres Humanos e suas Emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos*. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas, (Orgs): *O Controle das Emoções*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

FLETCHER, Jonathan. (1997) *Violence and Civilization - an introduction to the work of Norbert Elias*. Cambridge, UK: Polity Press.

FREUD, Sigmund. (1997) *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago.

FUKS, Betty. (2003) *Freud e a Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GOUDSBLOM, Johan. *A Vergonha: uma dor social*. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas, (Orgs.): *O Controle das Emoções*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

KANT, Immanuel. (2010) *Começo conjectural da história humana*. São Paulo: Editora UNESP.

LANDINI, Tatiana Savoia e PASSIANI, Enio. (2001) Entrevista com Stephen Mennell, Eric Dunning e Johan Goudsblom. Mimeo.

SAROLDI, Nina. (2011) *O mal-estar na civilização: As obrigações do desejo na era da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WOUTERS, Cas. *Mudanças nos Regimes de Costumes e Emoções: da disciplinarização à informalização*. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas, (Orgs): *O Controle das Emoções*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009